

Congresso não retoma ritmo já

211

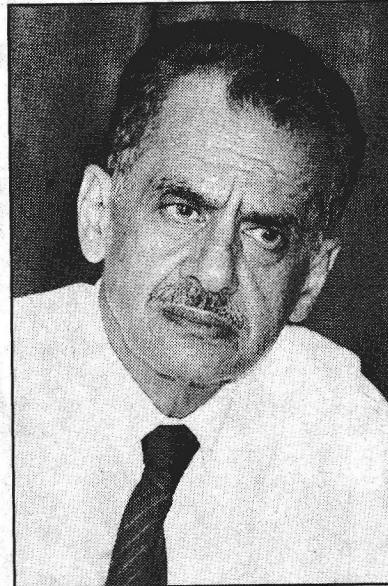
Isabel Braga

O Congresso Nacional só retomará seu ritmo normal de trabalho na próxima semana. Desde o início das atividades legislativas, em março, apenas um dia correspondeu a uma votação produtiva, com a aprovação de três matérias relevantes: a antecipação do plebiscito para a escolha do sistema de governo (ainda não concluída); a limitação dos salários dos deputados estaduais e dos vereadores; e o decreto que transferia para 1993 o pagamento do reajuste de 147 por cento aos aposentados. O impasse sobre o **quorum** para a presença dos parlamentares na análise de emendas constitucionais inviabilizou a votação de outras matérias por mais três sessões. E com os feriados da Semana Santa e Tiradentes, as sessões só serão retomadas hoje.

A dificuldade de trazer os parlamentares de suas bases eleitorais para cumprir os cronogramas das votações não é, na opinião dos presidentes das duas Casas — Senado e Câmara — a maior razão da falta de ritmo. “O principal problema desta legislatura é a falta de uma maioria sólida”, argumenta o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB/RS). Segundo o deputado, no ano passado não houve casos em que uma votação tivesse sido suspensa por falta de parlamentares. Muitas matérias foram adiadas por várias sessões devido à obstrução ou inversão de pauta, pois os partidos não haviam deliberado internamente sobre a questão. “Não adianta incluir na pauta de votação algo que não tenha um mínimo de consenso”.

Complexidade — O presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB/CE) afirma que nesta Casa não existem projetos encalhados, a não ser os complexos demais. Ele cita como exemplo a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público e dos Partidos Políticos, além da Lei de Imprensa. “São matérias complexas e polêmicas, que suscitam amplos debates”, pondera Benevides. O Senado tenta há quatro sessões consecutivas votar o projeto do TCU, mas as restrições feitas ao parecer do senador Pedro Simon (PMDB/RS) por alguns senadores têm atrasado a conclusão da votação. Benevides acredita que isto aconteça agora, retornando a matéria à apreciação da Câmara.

“A presença não é problema”, garante o presidente do Senado, lembrando que só na semana anterior aos feriados foram votados



Ibsen sente falta de uma maioria, Simon não consegue aprovar projeto e Eden critica policiamento

três embaixadores, matéria que exige **quorum** qualificado, ou seja, pelo menos 49 senadores. Só neste primeiro mês de atividades, o Senado aprovou quase cem itens incluídos na pauta. Poucas matérias relevantes, entre elas as que dispunham sobre os vencimentos e a reestruturação dos tribunais e Ministério Público. Hoje, 19 projetos estão prontos para entrar na ordem do dia do Senado, mas cinco deles já caducaram. Só não são arquivados por força do regimento.

Espelho — Para o presidente Ibsen Pinheiro, a divisão da sociedade, com interesses corporativistas, de classe, de grupos prevalecendo sobre o interesse nacional, se reflete no Congresso. “Falta um projeto nacional de consenso para enfrentar os graves problemas da Nação”, afirma Ibsen. Toda esta divisão da sociedade brasileira, que se verificou nas eleições presidenciais, com o

candidato vencedor recebendo apenas cinco milhões de votos a mais que o derrotado e um enorme fracionamento no primeiro turno, também se percebe no Congresso. No primeiro ano existiam 17 partidos representados, sendo que o PMDB — com maior número de parlamentares — contava com apenas 20 por cento.

Este ano o Congresso iniciou suas atividades com 16 partidos e novamente o bloco governista só possui 23 por cento dos representantes. Talvez com a reforma ministerial feita por Collor, numa clara tentativa de ampliar sua base parlamentar, altere o ritmo de votação no Congresso. Até mesmo o trabalho das oposições é facilitado quando há uma clara definição de quem apoia o Governo.

Imagen — A ausência de votações durante a Semana Santa é encarada pelos parlamentares

como parte da cultura do País. Sob a alegação de que faz parte dos hábitos dos brasileiros, eles enfatizam ainda que não se mede a eficiência do Congresso pela quantidade de leis que aprova e sim pela qualidade. “Esta é uma visão distorcida”, pondera o líder do PDT na Câmara, deputado Eden Pedroso (RS). “A assiduidade dos parlamentares é verificada cada vez que há uma votação importante”. Pedroso afirma ainda que não é possível comparar a atividade parlamentar com outra atividade profissional.

“O Congresso não é uma sala de aulas e sim uma casa de debates”, destaca. O líder do PDT é favorável também que o parlamentar possa dedicar parte do seu tempo a suas bases. “Elas fazem parte da vida parlamentar”, ressalta. “Se o político fica muito preso às votações e ao seu gabinete, acaba se distanciando da realidade”, observa.